

Jornal do Commercio (PE) – 17/04/2012

Instituição sugere corte no ICMS da conta de luz

ELETRICIDADE

Estudo do **Instituto Acende Brasil** mostra que aumento no consumo de energia possibilitaria uma redução anual de 1 ponto percentual sem prejudicar arrecadação

O **Instituto Acende Brasil** está propondo uma redução nas alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) - que é cobrado pelo Estado - nas contas de energia. A entidade fez um estudo no qual indica que a alíquota do ICMS de Pernambuco pode ser reduzida em 1,1 ponto percentual anualmente durante uma década sem o Estado perder receita, porque o consumo de energia cresce cerca de 5,6% ao ano. "A nossa intenção é mostrar que quase a metade da conta de luz é formada por impostos e encargos", diz o presidente da entidade, **Claudio Sales**.

Ainda de acordo com o instituto, a cada R\$ 100 pagos numa conta de luz, R\$ 55 remuneram a geração, distribuição e transmissão da energia. Os outros R\$ 45 são usados para o pagamento de 23 impostos federais, estaduais e municipais e 13 encargos do setor elétrico.

A entidade vai encaminhar o estudo que propõe a redução do ICMS ao governador Eduardo Campos (PSB), ao governo federal e ao Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), que decide as alterações a serem feitas no ICMS.

Caso a proposta do Instituto seja aprovada, a alíquota do ICMS pernambucano sairia, em média, de 25% em 2012 e passaria a ser de 14,5% em 2022. "O que deixaria de ser pago em impostos vai para o consumo de outros bens e serviços. E a energia ficaria mais barata porque o País está perdendo a competitividade com a alta desse serviço", comenta **Sales**.

A redução do ICMS é uma proposta difícil de ser aceita pelos governos estaduais, porque o tributo é uma das principais fontes de receita dos Estados. Em Pernambuco, a energia representou 9% da arrecadação do ICMS em 2011, recolhendo R\$ 903 milhões via conta de luz.

"Nos últimos anos, ocorreu um barateamento dos serviços de geração, transmissão, distribuição e isso não chega ao consumidor devido aos impostos", argumenta **Sales**. Na opinião dele, o setor elétrico fez o seu dever de casa, reduzindo os custos, inclusive porque a energia passou a ser comprada em leilões, vencendo quem oferece o serviço pelo preço mais módico.

Embora o governador Eduardo Campos (PSB) tenha dito, na última quinta-feira no programa do seu partido, que é preciso baixar o preço da energia no País com a redução de impostos, a Secretaria estadual da Fazenda (Sefaz) informou, numa nota, que está aberta para discutir iniciativas que resultem na diminuição da carga tributária, "mas qualquer medida precisa ser devidamente analisada, com o intuito de não comprometer a saúde financeira do Estado". No início do seu primeiro governo em 2007, Campos deu uma isenção do ICMS para os consumidores que têm a tarifa social de energia elétrica, contemplando as famílias de baixa renda.

Quanto ao estudo do **Instituto Acende Brasil**, a Sefaz alegou não conhecer o seu teor, mas está aberta para avaliar as sugestões da instituição, desde que seja levada em consideração "a importância do setor na arrecadação do Estado".